

Nota Informativa

Edição 063/2024

DESTAQUES

- Congresso finalizará regulamentação da reforma tributária em 2024, diz Pacheco
- Lula autorizou envio da regulamentação da tributária, diz Haddad
- Senado apresenta relatório provisório de projeto para regular inteligência artificial
- Comissão propõe sistema de regulação de IA com órgãos setoriais
- Regulação da inteligência artificial terá protagonismo da ANPD
- Governo propõe responsabilidade tributária a plataformas digitais em reforma

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

- Diretora defende valorização das competências da ANPD na regulamentação das plataformas digitais
- Anatel realiza coletiva técnica
- 58% das empresas na América Latina já possuem iniciativas de IoT
- Uso de inteligência artificial e lançamento de novo ciclo estratégico da AGU são destacados durante seminário de inovação na advocacia pública
- Regulação de plataformas divide opiniões em debate com Fazenda
- Será ativado em maio o site do Observatório Brasileiro de Inteligência Artificial
- Cade e Anatel defendem regulação dos mercados digitais. Big techs pedem cautela.
- Conselhão quer secretaria especial para transformação digital brasileira

É preciso preservar competição nos mercados digitais, diz secretário da Fazenda

Nova Indústria Brasil prevê revisão do marco regulatório de TICs

Teles querem simetria regulatória com internet em nova agenda legislativa

Congresso Brasil-África discute os avanços no setor de tecnologia da informação e comunicação

Lei do Bem injetou R\$ 144 bilhões de investimentos em inovação

Assimetria regulatória impulsionou Internet no País, avalia Baigorri

Orlando Silva: Senado tem 'ambiente mais propício' para avançar regulação de plataformas

Relatório analisa leis de regulação de plataformas em 71 países

Multas: ANPD propõe conceito de 'larga escala' que inclui PPPs

MCom: Taxar big techs para inclusão amplia o mercado digital

Indicação para Anatel depende de entendimento entre governo e Senado

REFORMA TRIBUTÁRIA

Appy: CBS e IBS vão ter normas comuns, exceto por pouquíssimas diferenças

Zona Franca de Manaus mantém benefícios fiscais com reforma tributária

Reforma tributária: Plataformas digitais serão responsáveis por recolher IVA no Brasil

Regulamentação da reforma tributária prevê alíquota média de 26,5%

Lira diz que ainda não definiu relatores para textos de regulamentação da reforma tributária

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gestão institui comissão do concurso temporário que irá reforçar o Programa Startup GOV.BR

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

"Não tem desenvolvimento sem crédito", diz Alckmin em evento do BNDES e da ABDE

Sedigi discute economia mundial e plataformas digitais em evento da Fazenda

Comissão aprova perdão de dívidas de empresas pelo não pagamento da CSLL

ORÇAMENTO

Senador Angelo Coronel será relator do Orçamento de 2025

Deputado Julio Arcoverde é eleito presidente da Comissão Mista de Orçamento

POLÍTICA

Regulação de inteligência artificial pode provocar mais uma divergência entre Lira e Pacheco

‘Essa briga não vai acabar nunca’, diz Lira sobre Orçamento

Governo faz acordo com Lira para “devolver” R\$3,6 bi em emendas parlamentares

Com vetos polêmicos, sessão do Congresso é adiada para maio

RELAÇÕES EXTERIORES

Teresa Leitão destaca parceria estratégica entre Brasil e Colômbia

Japão e Brasil assinarão acordo de descarbonização em reunião de líderes em maio

DESTAQUES

Congresso finalizará regulamentação da reforma tributária em 2024, diz Pacheco

Poder Legislativo | 25/04/2024 – 07h45min

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que o Congresso Nacional irá entregar ainda em 2024 a regulamentação da reforma tributária. A declaração foi dada pelo senador na noite da quarta-feira (24) ao receber o primeiro projeto de regulamentação das mãos do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. “Mesmo sendo ano eleitoral, nós teremos todo o compromisso para, ainda em 2024, assim como fizemos com a emenda constitucional no ano passado, entregarmos para a sociedade brasileira essa lei aprovada para podermos ter, enfim, uma reforma tributária no nosso país, com um sistema de arrecadação mais justo, mais igual, menos burocratizado, com imposto único”, disse Pacheco. Além do projeto já entregue, considerado por Pacheco como “muito robusto”, Haddad deve enviar uma segunda proposta de regulamentação para o Congresso nas próximas semanas. Como são projetos de iniciativa do Poder Executivo, a tramitação começa pela Câmara dos Deputados. Haddad colocou o ministério à disposição para discutir possíveis alterações no texto – e seus impactos – com o Congresso. Fonte: Congresso em Foco

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lula autorizou envio da regulamentação da tributária, diz Haddad

Poder Executivo | 24/04/2024 – 17h16min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na 4ª feira (24.abr.2024) que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) autorizou o envio do texto principal de regulamentação da reforma tributária. Em nota, o Ministério da Fazenda informou que o ministro irá ainda na 4ª feira (24.abr) entregar o material pessoalmente ao Congresso a partir das 17h. O processo dependia de trâmites técnicos da Casa Civil. “Lula autorizou entregar em mãos aos 2 presidentes [Rodrigo Pacheco (PSD-MG), do Senado, e Arthur Lira (PP-AL), da Câmara] enquanto a Casa Civil se encarrega de subir no sistema [...] Eu vou verificar se eles [Pacheco e Lira] podem receber, mas eu pedi para imprimir uma cópia aqui para enviar”, declarou Haddad a jornalistas no Ministério da Fazenda. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Senado apresenta relatório provisório de projeto para regular inteligência artificial

Poder Legislativo | 25/04/2024 – 14h30min

O texto do projeto de lei que trata da regulação de inteligência artificial (IA) ainda possui deficiências e apresenta retrocessos, apontam especialistas. A regulação de sistemas de reconhecimento facial é o ponto que traz maior preocupação para acadêmicos e pesquisadores ouvidos pelo Estadão. O relatório preliminar apresentado pelo senador Eduardo Gomes (PL-TO) na Comissão Temporária Interna sobre Inteligência Artificial no

Brasil na quarta-feira, 24, proíbe o uso de sistemas do tipo, mas abre exceção para o uso na segurança pública, apontado como muito suscetível a erros. “Essas exceções viabilizam o uso das tecnologias notadamente nocivas, colocando a população brasileira em risco de curto, médio e longo prazo”, completa Tarcízio Silva, pesquisador na Fundação Mozilla. O novo texto incorpora trechos de outras proposições já apresentadas na Câmara e no Senado, além de fazer algumas atualizações em conceitos para modernizar o texto, algo que foi bem recebido entre alguns pesquisadores. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Comissão propõe sistema de regulação de IA com órgãos setoriais

Poder Legislativo | 24/04/2024 – 19h43min

O relator da Comissão Temporária Interna sobre Inteligência Artificial no Brasil (CTIA), senador Eduardo Gomes (PL-TO), apresentou na quarta-feira, 24, relatório preliminar com um substitutivo dos projetos que tratam do uso da IA no Brasil. A novidade do relatório apresentado por Eduardo Gomes está na criação do Sistema Nacional de Regulação e Governança de Inteligência Artificial (SIA), que seria composto pelos órgãos que já atuam com o uso e fiscalização da tecnologia em suas áreas setoriais, como a Anatel na área de telecomunicações, Banco Central no sistema financeiro, e assim em diversos outros setores, além do Cade. A coordenação desse sistema seria feita por órgão ou entidade indicada pelo Poder Executivo. As controvérsias entre a autoridade competente e outras entidades do SIA serão resolvidas por uma Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Regulação da inteligência artificial terá protagonismo da ANPD

Poder Executivo | 24/04/2024

O relator do projeto de lei para regular o desenvolvimento e uso de sistemas de inteligência artificial no país, Eduardo Gomes (PL-TO), apresentou na quarta, 24/4, o texto do substitutivo ao PL 2338/23 e outros nove projetos a ele apensados. O cerne da proposta é a criação de um sistema híbrido de regulação, com atribuições às agências e órgãos setoriais, como Anatel e Banco Central, mas sujeitas à coordenação de um ente transversal – missão que deve ficar com a Autoridade Nacional de Proteção de Dados. O texto completo pode ser conferido neste [link](#). “Estamos propondo um sistema de fiscalização híbrido, que valoriza e reconhece nossas agências, órgãos reguladores setoriais. Ninguém melhor que o Banco Central para fomentar e regular inteligência artificial no sistema financeiro, Anvisa e ANS na saúde, Anatel no setor de telecomunicações, e por aí vai. Ao mesmo tempo, é uma tecnologia de propósito geral que atravessa diversos setores, inclusive não regulados, e que precisa de uma coordenação”, disse Gomes ao apresentar o texto. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo propõe responsabilidade tributária a plataformas digitais em reforma

Poder Legislativo | 25/04/2024 – 10h46min

O projeto de lei complementar à reforma tributária apresentado pelo governo federal ao Congresso Nacional na quarta-feira, 25, trata de um dos tópicos de necessidade regulatória do mercado digital, que é a definição da responsabilidade de plataformas digitais quanto ao pagamento de tributos por serviços ou produtos vendidos por meio delas. O texto delimita quais são os tipos de aplicações que geram deveres das empresas como intermediárias. Na exposição de motivos, o governo refere “o modelo que tem sido adotado por grande parte dos países com IVA (Imposto sobre Valor Agregado), seguindo as diretrizes da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico)”. De acordo com a proposta, as plataformas digitais, ainda que domiciliadas no exterior, serão responsáveis pelo recolhimento do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) – IVA que configura o novo regime fiscal – no que for relativo às operações realizadas por seu intermediário, nas seguintes hipóteses: em substituição ao fornecedor, caso este seja residente ou domiciliado no exterior; e solidariamente com o contribuinte, caso este seja residente ou domiciliado no País, não tenha se inscrito nos cadastros relativos ao IBS e à CBS, ou não registre a operação em documento fiscal eletrônico. Fonte: Telesíntese

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Diretora defende valorização das competências da ANPD na regulamentação das plataformas digitais

Poder Executivo | 25/04/2024 – 08h24min

A Diretora da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) Miriam Wimmer participou, na tarde de terça-feira (23) do simpósio "Regulação de plataformas digitais – a urgência de uma agenda essencial à democracia". Realizado na Câmara dos Deputados, o evento foi uma iniciativa da Coalizão Direitos na Rede com o objetivo de buscar alternativas ao PL 2630/2020, cuja tramitação foi encerrada sem votação. Em sua fala, a diretora defendeu que a futura legislação sobre plataformas digitais preserve expressamente as competências da Autoridade. Segundo ela, a ANPD deve atuar na regulamentação, fiscalização e sancionamento referentes à proteção de dados pessoais nesses ambientes. "Uma eventual regulamentação das redes sociais deve levar em conta possíveis impactos jurídicos e preservar a livre circulação de ideias de forma construtiva para a sociedade", disse a especialista. Fonte: ASCOM ANATEL

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Anatel realiza coletiva técnica

Poder Executivo | 25/04/2024 – 08h24

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) realiza na quinta-feira, 25 de abril, entrevista coletiva de imprensa, em formato virtual, sobre deliberações do Conselho Diretor tomadas na 931ª Reunião do colegiado. A entrevista terá início após a Reunião, que será realizada a partir das 15h. Jornalistas profissionais em atuação em veículos de imprensa, interessados em participar remotamente da entrevista e realizar perguntas ao vivo, devem se inscrever por meio de formulário específico. Durante a coletiva, serão abordados apenas os temas constantes da pauta da reunião. Fonte: ASCOM ANATEL

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

58% das empresas na América Latina já possuem iniciativas de IoT

Mercado | 25/04/2024

A 6ª edição do IoT Snapshot, estudo da Logicalis e que apresenta um panorama da adoção da tecnologia no mercado latino-americano, mostrou que o uso de tecnologias de internet das coisas (IoT) vem crescendo rapidamente, ao longo dos últimos anos, na América Latina. De acordo com a pesquisa, a presença de soluções em produção ou PoC (prova de conceito) envolvendo IoT nas empresas latino-americanas saltou de 31%, em 2019, para 58%, em 2023. Isoladamente, na América Hispânica, 61% das organizações respondentes já possuem pelo menos uma iniciativa de IoT, com um crescimento de 14 pontos percentuais se comparado com 2021. No Brasil, a comparação entre os dados de 2021 e 2023 indicam uma tendência de estabilidade no uso da tecnologia, com 56% das companhias adotando IoT em 2023 frente a 57% em 2021. Ao analisar a perspectiva atual e futura da aplicação de IoT no Brasil, o estudo indica que 40% dos respondentes avaliam a importância atual das soluções de IoT para os negócios como muito alta e alta em 2023. Quando questionados em relação aos próximos anos, de 3 a 5 anos, o número sobe para 65%. Fonte: Abranet

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Uso de inteligência artificial e lançamento de novo ciclo estratégico da AGU são destacados durante seminário de inovação na advocacia pública

Poder Executivo | 24/04/2024 – 23h15min

A fase de testes do uso da Inteligência Artificial na Advocacia-Geral da União (AGU) e o novo Ciclo Estratégico da Instituição foram temas destacados pela secretária-geral de Consultoria, Clarice Calixto, durante a abertura do II Seminário RENAGEI. O encontro, realizado em Manaus (AM), teve início na noite de quarta-feira (24) e reúne representantes das procuradorias-gerais dos Estados e do Distrito Federal para discutir assuntos como governança, integridade e inovação na advocacia pública brasileira. "A AGU está

preparando um grande evento de transformação digital inclusiva na advocacia pública nacional. Por isso, convidamos as procuradorias não apenas para participar, mas para construí-lo junto conosco", anunciou Clarice. Sobre o novo Ciclo Estratégico 2024-2027 da AGU, a secretária-geral de Consultoria antecipou que o planejamento será lançado oficialmente em maio de 2024 e dará foco à promoção de uma transformação digital inclusiva e democrática, com enfoque nas pessoas. Fonte: ASCOM AGU

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Regulação de plataformas divide opiniões em debate com Fazenda

Poder Executivo | 24/04/2024 – 22h06min

A discussão sobre uma possível regulamentação das plataformas também está no foco do Ministério da Fazenda. Preocupado com impactos econômicos e concorrenciais no segmento, o órgão tem uma tomada de subsídios até 2 de maio sobre regulação de big techs. Na terça, 24, a Fazenda promoveu o Seminário Plataformas Digitais em Brasília, que foi palco de divergências entre os atores políticos e econômicos. Secretário de reformas econômicas da Fazenda, Marcos Barbosa Pinto observou que o tema da competição em mercados digitais foi um dos primeiros discutidos com ele pelo ministro da pasta, Fernando Haddad. Desde então, o ministério tem buscado ouvir a sociedade sobre o tema, mas vislumbra desafios, afirma. Entre eles, os temas clássicos de competição e regulação, a dinâmica do mercado de "múltiplos lados", a expansão muito rápida de serviços e dependência crescente da economia de alguns serviços online. Outro dilema é a diferença entre o modelo ex post de regulação usado nos Estados Unidos e o ex ante, da União Europeia. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Será ativado em maio o site do Observatório Brasileiro de Inteligência Artificial

Poder Legislativo | 24/04/2024 – 21h18min

Em sintonia com a elevação do debate mundial e no Congresso Nacional sobre impactos dos avanços tecnológicos acessíveis na internet, será ativado em maio o site do Observatório Brasileiro de Inteligência Artificial (OBIA). A iniciativa integra as ações previstas pelo governo federal dentro da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA), que será revisada com base na geração de indicadores para orientar a adoção e o desenvolvimento da IA no Brasil. "Estamos fazendo as últimas revisões", afirmou o engenheiro eletricista Demi Getschko, considerado o "Pai da Internet no Brasil", durante o evento Conexão Brasília-África, realizado em Brasília, pelo Tele.Síntese e Arctel. O OBIA será destinado a desenvolver princípios éticos para a IA responsável, reduzir barreiras, capacitações, inovação e ambiente de cooperação. Fonte: Telesíntese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Cade e Anatel defendem regulação dos mercados digitais. Big techs pedem cautela.

Poder Executivo | 24/04/2024 – 20h23min

Os impactos econômicos e concorrenciais da concentração dos mercados digitais foram discutidos na quarta-feira, 24, num seminário, em Brasília. Organizado pelo Ministério da Fazenda e o Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional (IBRAC), o evento teve como denominador comum a concordância de representantes de órgãos do governo sobre a necessidade de uma regulação do setor para estimular a concorrência, evitando a concentração. José Borges da Silva Neto, superintendente de Competição da Anatel, usou como exemplo os resultados do processo de abertura do mercado de telecomunicações e a atualização da agência reguladora para afirmar que "a regulação não necessariamente prejudica a competição ou a inovação". Ele se referiu ao Plano Geral de Metas de Competição (PGMC) e afirmou que o Brasil tem condições de adaptar regulações internacionais, ou criar algo do zero, se necessário. "Nas telecomunicações, temos um ecossistema desenvolvido, robusto e que traz muitos investimentos. De 1997, o setor saiu de uma realidade extremamente concentrada em seis grandes empresas estatais para cerca de 10 mil operadoras no país. A regulação criada tinha como cerne o incentivo à competição", disse. Fonte: Telesíntese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Conselhão quer secretaria especial para transformação digital brasileira

Poder Executivo | 24/04/2024 - 17h43min

O Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), conhecido como Conselhão, apresentou na quarta-feira, 24, o Plano Brasil Digital 30+. Dentro do documento, está a proposta de criação de uma Secretaria Especial para Transformação Digital, vinculada à Presidência da República, e que seria responsável pela formulação e aprovação de políticas públicas estratégicas relacionadas à pauta. Segundo Renato Gasparetto, VP de Public Affairs e Sustentabilidade da Telefônica (Vivo), a ideia é que este órgão conte com os recursos necessários para suas atividades, incluindo diretorias com responsabilidades bem definidas e servidores com dedicação exclusiva, a partir da realocação de recursos já existentes e sem gerar novas despesas à administração pública.

Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

É preciso preservar competição nos mercados digitais, diz secretário da Fazenda

Poder Executivo | 24/04/2024 - 15h34min

O secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Pinto, afirmou na quarta-feira (24) que o Brasil precisa preservar a competição nos mercados digitais. A pasta conduz um trabalho que pode resultar em uma proposta de regulação concorrencial das chamadas big techs. De acordo com o secretário, titular dessa análise na Fazenda, "o tema do futuro são os serviços digitais". Ele citou dados que indicam, por exemplo, que essas empresas já são responsáveis por 9% do valor adicionado ao Produto Interno Bruto brasileiro, bem como oferecem salários superiores aos funcionários. "Mas para que a gente possa crescer nessa área, precisamos preservar a competição nesses mercados [digitais]", destacou o secretário em evento que discute o tema, em Brasília, com a presença de advogados, executivos das empresas e membros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Nova Indústria Brasil prevê revisão do marco regulatório de TICs

Mercado | 24/04/2024 - 10h

A Nova Indústria Brasil (NIB), a política industrial que pretende impulsionar o desenvolvimento da indústria nacional até 2033, fará uma revisão de marcos regulatórios de TICs. O debate irá incluir questões ligadas a semicondutores, melhoria na atuação dos órgãos de financiamento e Inteligência Artificial, cujo relatório de projeto de lei deve ser apresentado na quarta-feira, 23, no Congresso Nacional. Os próximos passos da NIB foram detalhados na terça-feira, 23, durante painel sobre "O desenvolvimento da indústria local de TIC. A voz das empresas, governo e financiadores públicos" realizado no primeiro dia do evento Conexão Brasil-África. Essas ações estão previstas na Missão 4 da NIB, segundo o secretário Henrique de Oliveira Miguel, de Ciência e Tecnologia para a Transformação do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação. Fonte: Telesintese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Teles querem simetria regulatória com internet em nova agenda legislativa

Mercado | 24/04/2024

A Conexis Brasil Digital apresentou ao Congresso Nacional a Agenda Legislativa da Conectividade de 2024, que tem as prioridades legislativas do setor de telecomunicações para o ano. O documento traz propostas e projetos de lei que estão ligados a temas considerados prioritários para a expansão da conectividade, para a inclusão digital e desenvolvimento econômico e social do país. Um dos eixos da agenda é a promoção de um ecossistema competitivo. Para isso, o texto reforça a necessidade de que diferentes empresas, que prestam serviços semelhantes, possam operar em igualdade de condições, seja regulatória, seja tributária. "Compreendemos que a simetria regulatória é fundamental para permitir que o setor de telecomunicações continue mantendo seus altos níveis de investimentos, cerca de R\$ 40 bilhões por ano, na ampliação de redes e na melhoria da qualidade dos serviços", afirmou o presidente-executivo da Conexis Brasil Digital, Marcos

Ferrari. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Congresso Brasil-África discute os avanços no setor de tecnologia da informação e comunicação

Poder Executivo | 24/04/2024

A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) marcou presença na quarta-feira, 24, no segundo dia do Congresso Conexão Brasil-África – Parceria e Novos Investimentos em Internet nos Países de Língua Portuguesa, realizado em Brasília. O objetivo do evento foi estimular o avanço do acesso à banda larga fixa e a troca de experiência entre o Brasil e os seis países africanos de língua portuguesa: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe. Participaram do encontro operadores de telecomunicações, reguladores setoriais, agências de fomento, indústria de tecnologia digital, governo e produtores de soluções para internet. A diretora de Economia Sustentável e Industrialização da ABDI, Perpétua Almeida, representou a Agência no painel que abordou como a parceria entre empresas e Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) impulsionam o avanço tecnológico por meio da Lei de Informática. O debate foi mediado pelo presidente do Conselho Curador da Fundação para Inovações Tecnológicas (FITEc), Juarez Nascimento, com participação do diretor de Estratégia e Mentoria de Negócios do CPQD, Alberto Paradisiaco, da gerente de pesquisa do Instituto Eldorado, Cibele Renée, do gerente do Inatel, Mário Ferreira, e da diretora do SiDi, Renata Martins. Fonte: ASCOM ABDI

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lei do Bem injetou R\$ 144 bilhões de investimentos em inovação

Mercado | 24/04/2024

Mais de 5.588 empresas apresentaram 104.955 projetos e geraram mais de R\$ 144 bilhões em investimentos em inovação desde o ano de 2014. Esses e muitos outros números foram apresentados na quinta-feira, dia 18 de abril, em São Paulo, no evento Falamos de Inovação, uma iniciativa do FI Group, uma das maiores referências globais em soluções de fomento à inovação. Exclusivo para convidados, mais de 150 pessoas se reuniram para acompanhar o panorama da Lei 11.196/2005, conhecida como Lei do Bem, que promove incentivos fiscais a empresas que investem em pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica. O evento foi aberto por Rafael Costa, diretor do FI Group Brasil e, na sequência, contou a apresentação de um panorama deste tema por Andressa Melo, gerente de inovação do FI Group, e Gianna Sagazio, diretora da Sosa Brazil. Globalmente, o Brasil se encontra na 14ª posição no ranking de volume total de artigos acadêmicos desenvolvidos referente ao conhecimento de inovação – à frente, estão os Estados Unidos, seguido pela China e pelo Reino Unido. Mesmo que, aparentemente, esteja em uma colocação de pouco destaque, a relevância do mecanismo fiscal no nosso território vem crescendo gradativamente nos últimos anos. Fonte: TI Inside

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Assimetria regulatória impulsionou Internet no País, avalia Baigorri

Poder Executivo | 23/04/2024 – 23h17min

Os provedores de pequeno porte (PPPs) esperam que as assimetrias regulatórias com as grandes empresas de telecom permaneçam, como forma de manter o avanço sobre regiões desassistidas. E mesmo governo e Anatel avaliam positivamente o modelo, classificado como uma referência internacional. A análise ocorreu durante a conferência Conexão Brasil-África, organizada pelo site Tele.Síntese na terça-feira, 23. Na ocasião, o presidente da Anatel, Carlos Baigorri, disse que a redução das barreiras de entrada para pequenos foi "crucial" para o desenvolvimento da Internet no País. "Para os nossos colegas de outras administrações dos países de língua portuguesa, eu acho que esse é o insight que a gente pode dar sobre a perspectiva regulatória da Anatel: criar um ambiente propício para o surgimento de empreendedores, com baixos custos de entrada, facilitando o surgimento desses novos empreendedores e criando assimetrias em relação às empresas já estabelecidas no mercado", afirmou o presidente da Anatel. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

Orlando Silva: Senado tem 'ambiente mais propício' para avançar regulação de plataformas

Poder Legislativo | 23/04/2024 – 20h29min

O deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP) afirmou na terça-feira, 23, que a regulação de plataformas digitais ainda pode avançar no Congresso Nacional, mas não necessariamente na Câmara dos Deputados. “A minha impressão é a de que o ambiente no Senado Federal é mais propício para evolução desse tipo de debate”, opinou o relator do PL 2630/2020, o conhecido como PL das Fake News, que propôs responsabilidades às redes sociais, no entanto, está parado há quase um ano, sem consenso. O parlamentar falou sobre o tema durante simpósio Regulação de Plataformas Digitais e a urgência de uma Agenda, realizado pela Coalizão Direitos na Rede, na Câmara. Para Silva, a articulação também deve ir além do Legislativo. “Acredito que o nosso desafio a essa altura é refletir em que medida o próprio Poder Executivo pode ter algum nível de iniciativa, porque também compete ao Poder Executivo apresentar uma posição”, acrescentou. Fonte: Telesíntese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Relatório analisa leis de regulação de plataformas em 71 países

Poder Executivo | 23/04/2024 – 18h54min

A Coalizão Direitos na Rede (CDR) lançou na terça-feira, 23, relatório onde apresenta e analisa referências internacionais e exemplos em regulação de plataformas digitais. O documento examinou 104 leis de 71 países e blocos regionais. Um dos pontos avaliados foi a existência de órgão regulador para a tarefa. O documento lançado pela CDR mostra que alguns países nomearam o mesmo órgão regulador da área de telecomunicações ou comunicações para essa função, a exemplo de 18 dos 27 Estados-membros da União Europeia (UE). Mas, a CDR aponta que tal medida precisaria ser melhor analisada para o caso brasileiro. Um dos pontos levantados é que, ainda que alguns países da UE tenham delegado essa função para esses órgãos de telecomunicações, a fiscalização de plataformas digitais muito grandes ainda assim será de competência exclusiva da Comissão Europeia, que atenderia requisitos de “independência e imparcialidade”. Ou seja, é uma espécie de conselho superior que vai de fato fiscalizar as big techs. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Multas: ANPD propõe conceito de 'larga escala' que inclui PPPs

Poder Executivo | 23/04/2024 – 14h06min

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) está em fase de construção de complementos à regulação de dosimetria, que estabelece as sanções que podem ser aplicadas a partir de incidentes de segurança com informações pessoais. Publicada no ano passado, a norma deixou dúvidas sobre alguns pontos, entre eles, o que poderia ser considerado um “tratamento de dados em larga escala”, que é um dos critérios que classificam uma infração como grave, ou seja, passível de multa. A autarquia sugere a adoção de um sistema que alcança grandes empresas, mas também inclui pequenas por analisar outros critérios para além da quantidade de pessoas afetadas. Conforme o regulamento da ANPD, a larga escala é caracterizada “quando abrange número significativo de titulares, considerando-se, ainda, o volume de dados envolvidos, bem como a duração, a frequência e a extensão geográfica do tratamento realizado”. Fonte: Telesíntese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

MCom: Taxar big techs para inclusão amplia o mercado digital

Poder Executivo | 23/04/2024

O Ministro das Comunicações, Juscelino Filho, voltou a defender a taxação das grandes plataformas da internet, de forma que os recursos sejam destinados para inclusão digital – e não diretamente para as empresas de telecomunicações, que reclamam pela participação das ‘big techs’ no custeio da infraestrutura. “As ‘big techs’ faturam muito no Brasil e têm de alguma forma contribuir com o país. Esse é o ponto que temos defendido, que é justamente avançar com a taxação dessas ‘big techs’. Até porque, se a gente

conseguir inserir mais alguns milhões de brasileiros nesse ambiente digital com esses recursos, as próprias 'big techs' amanhã vão estar faturando com esses brasileiros que estão fora do ambiente digital", afirmou o ministro. Em entrevista após participar do seminário Conexão Brasil África, promovido pelo portal Telesíntese, na terça-feira, 23/04, Juscelino Filho insistiu que os recursos devem ser destinados a políticas públicas, ao contrário do que defendem as principais operadoras de telecom que atuam no Brasil, que querem algum tipo de remuneração a elas próprias pelos investimentos em redes. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Indicação para Anatel depende de entendimento entre governo e Senado

Poder Executivo | 23/04/2024

Quase seis meses depois do fim do mandato do conselheiro Moisés Moreira, o governo federal ainda não tem indicação de um novo nome para completar o Conselho Diretor da Anatel. E segundo o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, não há perspectiva de uma solução à vista. "Não indicamos ainda porque não tem sinalização, nem por parte do governo, nem por parte do Senado, de avanço", afirmou o ministro, que na terça, 23/4, participou do seminário Conexão Brasil África, promovido pelo portal Telesíntese. Juscelino Filho ressaltou que a dificuldade de um entendimento para indicações e posterior avaliação dos nomes pelo Senado Federal não é problema exclusivo da Anatel. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Appy: CBS e IBS vão ter normas comuns, exceto por pouquíssimas diferenças

Poder Executivo | 25/04/2024– 11h50min

O secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, afirmou na quinta-feira que a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) "vão ter normas comuns". "Exceto por pouquíssimas diferenças", disse na entrevista coletiva concedida para detalhar o projeto na quinta-feira. "Tivemos grau de consenso muito grande sobre os temas", com pouquíssimas exceções, observou. "Talvez Estados e municípios explicitem isso (exceções) mais para a frente", disse. Ele também destacou que houve "muitas contribuições do setor privado", com mais de 200 sugestões. "O debate continua no Congresso", afirmou. "Estamos mandando uma base para discussão", que "do ponto de vista técnico" é "bastante sólida", acrescentou. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Zona Franca de Manaus mantém benefícios fiscais com reforma tributária

Poder Legislativo | 25/04/2024– 07h45min

A Zona Franca de Manaus e as Áreas de Livre Comércio preservaram seus mecanismos de competitividade e isenção tributária, segundo o PLP (Projeto de Lei Complementar) que regulamenta a reforma tributária. O texto foi entregue na 4ª feira (24.abr.2024) pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, aos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Segundo a proposta, as importações de matérias-primas terão isenção de IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e CBS (Contribuição Social Sobre Bens e Serviços) feitas por empresas instaladas. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Reforma tributária: Plataformas digitais serão responsáveis por recolher IVA no Brasil

Poder Executivo | 25/04/2024

O secretário extraordinário da reforma tributária, Bernard Appy, explicou na quinta, 25/4, que as plataformas digitais de venda de produtos que atuam no Brasil serão responsáveis pelo recolhimento do imposto com a transição para o IVA – o imposto de valor adicionado composto pelos componentes federal (CBS) e estadual/municipal (IBS). "As plataformas digitais, inclusive aquelas domiciliadas no exterior, são responsáveis pelo recolhimento do IBS e da CBS realizada por seu intermédio. Isso significa a plataforma que

vende mercadorias de outros países. Se não tivesse a plataforma, seria uma empresa de outro país que vende aqui, teria que se registrar como contribuinte. Se vende somente através da plataforma digital, não precisa do registro e a plataforma passa a ser responsável”, disse Appy. Ele acredita que uma consequência da reforma tributária será a apresentação de produtos pela internet sem imposto, porque o recolhimento é diferente a depender de onde vive o consumidor. “Comprar pela internet provavelmente vai ter um preço sem imposto, que vai ser acrescido depois, porque cada localidade pode ter alíquota distinta”, afirmou. Fonte: Abranet

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Regulamentação da reforma tributária prevê alíquota média de 26,5%

Poder Executivo | 24/04/2024 – 19h55min

Quatro meses após a promulgação da reforma tributária, o governo enviou o primeiro projeto de lei complementar com a regulamentação dos tributos sobre o consumo. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, entregou a proposta ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), no início da noite de quarta-feira (24). A proposta prevê alíquota média do Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) de 26,5%, podendo variar entre 25,7% e 27,3%, informou o secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy. Atualmente, os bens e os serviços brasileiros pagam, em média, 34% de tributos federais, estaduais e municipais. Com 306 páginas e cerca de 500 artigos, o projeto de lei complementar precisa de maioria absoluta, 257 votos, para ser aprovado. Em pronunciamento no Salão Verde da Câmara dos Deputados, Haddad disse ter recebido o compromisso de Lira de votar a proposta no plenário da Casa até o recesso legislativo do meio do ano, previsto para a metade de julho. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lira diz que ainda não definiu relatores para textos de regulamentação da reforma tributária

Poder Legislativo | 24/04/2024 – 17h43min

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou há pouco que ainda não definiu os relatores dos dois projetos que serão encaminhados pelo governo sobre a regulamentação da reforma tributária. Lira afirmou que o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que foi relator da PEC na Câmara, prestou um grande serviço ao País, mas há outros deputados interessados em relatar a matéria. “Ele já relatou a PEC da tributária, essas regulamentações não devem ter o mesmo relator, por isso há possibilidade de se formarem dois grupos de trabalho, um para cada projeto”, disse em entrevista coletiva ao chegar à Câmara. Mais cedo, em evento da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil, Lira afirmou que o objetivo é votar a regulamentação da reforma antes do recesso parlamentar. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gestão institui comissão do concurso temporário que irá reforçar o Programa Startup GOV.BR

Poder Executivo | 25/04/2024 - 14h34min

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) publicou, na quinta-feira (25/4), a Portaria GM/MGI nº 2.446/2024, que institui a Comissão Especial responsável pelo processo seletivo simplificado para contratação de 200 profissionais que irão reforçar o Programa Startup GOV.BR. Os profissionais atuarão, por tempo determinado, em projetos de transformação digital do Governo Federal e a iniciativa atende à necessidade temporária de excepcional interesse público. O prazo de duração dos contratos será de até quatro anos, que podem ser prorrogados desde que este processo seja devidamente justificado com base nas necessidades de conclusão das atividades previstas. O MGI contratará pessoas para atuarem nas funções de especialistas em Gestão de Projetos, Infraestrutura de Tecnologia da Informação, TI, Ciência de Dados, Segurança da Informação e Proteção de Dados, Análise de Processos de Negócios, Experiência do Usuário (UX) e Desenvolvimento de Software. Fonte: ASCOM MGISP

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

“Não tem desenvolvimento sem crédito”, diz Alckmin em evento do BNDES e da ABDE

Poder Executivo | 25/04/2024 - 12h01min

A Nova Indústria Brasil já conta com uma ferramenta importante de monitoramento de parte de suas ações: o BNDES lançou na quinta-feira (25/4) uma plataforma pública para acompanhar a execução das linhas de financiamento oferecidas pelo banco no âmbito do Plano Mais Produção. A plataforma traz o volume e a quantidade de projetos aprovados desde 2023 e o montante já desembolsado pelo banco. Também é possível pesquisar projetos aprovados por eixo (Produtividade, Exportação, Verde e Inovação), porte da empresa (micro, pequena, média ou grande), forma de apoio (direto ou indireto), além de pesquisar resultados por região e estado, com georreferenciamento, bem como a lista de projetos contratados e textos que detalham operações já aprovadas. O lançamento ocorreu durante o Fórum de Debate para o Desenvolvimento “Financiamento à neoindustrialização: mobilizando o crédito para a inovação”, promovido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pela Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), no Rio de Janeiro, com a participação do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin. Fonte: ASCOM MDIC

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Sedigi discute economia mundial e plataformas digitais em evento da Fazenda

Poder Executivo | 24/04/2024 – 18h17min

A Secretaria de Direito Digital (SDD), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), participou, na quarta-feira (24), do Seminário Plataformas Digitais: impactos econômicos e concorrenciais em debate. O evento, realizado pela Secretaria de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda e pelo Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional (Ibrac), contou com a presença de autoridades da área e teve o objetivo de promover uma discussão entre o governo federal e a sociedade civil em relação ao tema. A secretária de Direito Digital, Lílian Cintra de Melo, representou o MJSP no encontro. O painel Economia Mundial e as Grandes Plataformas Digitais foram abertas pelo secretário de Políticas Digitais da Presidência da República, João Brant. Ele falou sobre a importância de trabalhar a intersecção entre o ambiente digital e o ambiente informacional. De acordo com Brant, é importante que o governo atue de maneira construtiva e colaborativa para que os ambientes digitais tenham concorrências justas. “Assim foi no caso do PL 2630/2020 e esperamos que continue sendo”, destacou. O projeto institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. Fonte: ASCOM MJSP

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Comissão aprova perdão de dívidas de empresas pelo não pagamento da CSLL

Poder Legislativo | 24/04/2024 – 15h

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou na quarta-feira (24) o projeto de lei (PL) 596/2023, que extingue débitos da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) anteriores a 2017 questionados na Justiça e com sentença final favorável ao contribuinte emitida até 2007. O texto também permite o parcelamento dos débitos gerados entre 2017 e 2022. A proposta do senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS) recebeu relatório favorável do senador Sérgio Moro (União-PR). A matéria segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A CSLL foi criada em 1988. Desde então, muitas empresas recorreram à Justiça para questionar a constitucionalidade do tributo. Várias dessas ações receberam sentença final da Justiça, com vitória para os contribuintes. Em 2007, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou a contribuição constitucional e obrigatória. Mas com fundamento no princípio da “coisa julgada”, empresas que haviam sido beneficiadas por sentenças favoráveis antes de 2007 não retomaram o recolhimento da contribuição. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ORÇAMENTO

Senador Angelo Coronel será relator do Orçamento de 2025

Poder Legislativo | 24/04/2024 – 20h27min

Foi instalada na quarta-feira (24) a Comissão Mista de Orçamento (CMO) para o ano de 2024. Na reunião, foram escolhidos o deputado Júlio Arcoverde (PP-PI) como presidente da comissão e o senador Angelo Coronel (PSD-BA) como relator da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o próximo ano, seguindo o acordo para a alternância entre as duas Casas. A presidência da CMO foi ocupada anteriormente pela senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB). Após a indicação, Coronel afirmou que vai trabalhar por um orçamento “aberto e franco”, que atenda às expectativas do Brasil “como um todo” e não de grupos específicos. Ele também adiantou que poderá incluir na próxima LOA um cronograma para a execução de emendas parlamentares, ponto que foi foco de conflito entre o Congresso e o governo federal no orçamento de 2024. — O Poder Legislativo é que representa o povo. A grande maioria dos deputados e senadores são representantes de todos os estados da Federação, então nós vamos fazer um orçamento bem aberto, bem franco, que venha a atender as expectativas do Brasil como um todo, não de grupos. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Deputado Julio Arcoverde é eleito presidente da Comissão Mista de Orçamento

Poder Legislativo | 24/04/2024 – 19h15min

O deputado Julio Arcoverde (PP-PI), novo presidente da Comissão Mista de Orçamento, disse que pretende focar seu trabalho na necessidade de mais investimentos para melhorar a infraestrutura do País. Ele foi eleito na quarta-feira por aclamação e indicou o senador Angelo Coronel (PSD-BA) para a relatoria do Orçamento de 2025. Arcoverde está em seu primeiro mandato na Câmara. Antes, foi deputado estadual do Piauí por dois mandatos. Em 2019, foi secretário de Esporte e Lazer de Teresina. O presidente da comissão pediu apoio aos colegas para que os projetos possam ser aprovados de maneira consensual. “Estão sob nossa responsabilidade matérias essenciais para o tão sonhado salto de desenvolvimento do Brasil, em áreas fundamentais como, por exemplo, a social; com a destinação de recursos para combater a fome, com foco na geração de emprego, melhorias na Saúde, Educação, e Segurança Pública, além de incentivos à inovação tecnológica”, enumerou. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Regulação de inteligência artificial pode provocar mais uma divergência entre Lira e Pacheco

Poder Legislativo | 25/04/2024 – 14h30min

A regulação de inteligência artificial (IA) pode causar mais uma divergência entre os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Isso porque as duas Casas já apresentaram projetos de lei que tratam do tema e agora precisam buscar um consenso sobre qual iniciativa deve tramitar. Na visão de aliados de Lira, o projeto inicialmente proposto pelo Senado é mais regulatório e pode sufocar a capacidade de inovação de desenvolvedores de IA. Além disso, argumentam, caso o Senado tramite a primeira iniciativa, da Câmara, isso significaria que a Casa de Lira teria a palavra final no projeto, podendo, inclusive, derrubar alterações feitas no Senado. O projeto em tramitação no Senado é de autoria do próprio Pacheco, que vem assumindo o protagonismo na aprovação de iniciativas importantes no Legislativo, como a proposta de emenda à Constituição (PEC) das Drogas. Cabe agora a Pacheco, Lira e ao relator da iniciativa do Senado, Eduardo Gomes (PL-TO) decidirem se optarão por um consenso ou não. A Câmara aprovou uma proposição sobre regulação de IA em julho de 2021, enquanto o Senado apresentou um projeto em 2023. As duas matérias seguem o caminho oposto. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

‘Essa briga não vai acabar nunca’, diz Lira sobre Orçamento

Poder Legislativo | 25/04/2024 – 05h01min

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou na quarta-feira que o governo Lula (PT) tem mudado leis aprovadas pelo Congresso por portarias e decretos e que isto não será aceito pelo Legislativo. O parlamentar comentou que muitas vezes as crises com o Executivo foram geradas por essas tentativas e não por disputas em torno das verbas do Orçamento. Lira citou que atuará contra portaria do Ministério do Trabalho e Emprego para regulamentação da lei da Igualdade Salarial entre homens e mulheres. “Conversei com o ministro [Luiz] Marinho que se o plenário sentir o cheiro que ele está tentando mudar a reforma trabalhista por decreto, os PDLs [projetos de decreto legislativo] irão ao plenário”, disse a empresários em Brasília. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo faz acordo com Lira para “devolver” R\$3,6 bi em emendas parlamentares

Poder Executivo | 24/04/2024 – 20h49min

O governo fechou um acordo com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e os líderes partidários da Casa para devolver somente parte das emendas de comissões ao Congresso e não a totalidade. Ou seja, o governo deve pagar R\$ 3,6 bilhões das emendas vetadas, que no total foram de R\$ 5,6 bilhões, segundo o líder do Governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP). “A proposta que o governo tem debatido é a derrubada de R\$ 3,6 bilhões do veto de R\$ 5,6 bilhões. Nós ouvimos do presidente Arthur Lira, que reportou ao presidente Rodrigo Pacheco, que haveria, da parte dos líderes da Câmara, acordo nestes termos”, disse Randolfe na quarta-feira (24). “E é nesses termos que pretendemos encaminhar”. Como já mostrou o Congresso em Foco, parte do Congresso ainda insistia em retomar a totalidade dos valores vetados em emendas de comissão, ou seja, R\$ 5,6 bilhões. O governo Lula (PT), no entanto, defendia o retorno parcial como parte da gestão fiscal. No caso, seriam retornados R\$ 1,7 bilhões para as emendas de comissões da Câmara e R\$ 1,9 bilhões para as emendas de comissões do Senado. Fonte: Congresso em Foco

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Com vetos polêmicos, sessão do Congresso é adiada para maio

Poder Legislativo | 24/04/2024 – 20h38min

Após reunião com líderes partidários do governo, o presidente do Senado e do Congresso, Rodrigo Pacheco, comunicou à imprensa o adiamento da sessão do Congresso Nacional para votação de vetos presidenciais que estava agendada para a noite de quarta-feira (24). Os líderes do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), e no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), participaram da reunião que resultou no adiamento. Pacheco disse que a sessão será reagendada para data na segunda semana de maio, entre os dias 7 e 9. — De fato não havia um mínimo consenso em relação a tudo quanto havia de vetos nesta sessão do Congresso, então nós damos mais este prazo para que possam os líderes entabular o máximo possível os acordos, sobretudo em relação aos vetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual. Pacheco também afirmou que deve ser votado na semana que vem o Projeto de Lei Complementar (PLP) 233/2023, que cria o Seguro Obrigatório para Vítimas de Acidentes de Trânsito (SPVAT) em substituição ao antigo DPVAT. A proposta também altera a Lei do Arcabouço Fiscal (Lei Complementar 200, de 2023) para liberar R\$ 15 bilhões nas contas do Executivo. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

RELAÇÕES EXTERIORES

Teresa Leitão destaca parceria estratégica entre Brasil e Colômbia

Poder Legislativo | 25/04/2024 – 11h02min

Em pronunciamento no Plenário na quarta-feira (24), a senadora Teresa Leitão (PT-PE) relatou sua participação na comitiva oficial do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em viagem à Colômbia no dia 17 de abril. A senadora sublinhou que a Colômbia é uma parceira estratégica, terceira em fluxo comercial com o Brasil na América do Sul, e compartilha visões muito semelhantes no que se refere à dimensão amazônica, ao enfrentamento das mudanças climáticas, e à integração sul-americana e regional. Teresa Leitão ressaltou que durante a visita foram firmados diversos acordos bilaterais entre o

presidente da Colômbia, Gustavo Petro, e o presidente Lula, abordando questões estratégicas para combater o desmatamento, além de buscar o estreitamento de laços comerciais. — Brasil e Colômbia também concordaram em definir ações conjuntas de coordenação e cooperação para prevenção, investigação e repressão ao crime organizado e ao tráfico de pessoas, mazelas que castigam nossas populações, em particular nas áreas fronteiriças. Os países também estabelecerão políticas públicas de combate à pobreza, com foco nas áreas de abastecimento alimentar e de fortalecimento da agricultura familiar sustentável — disse. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Japão e Brasil assinarão acordo de descarbonização em reunião de líderes em maio Poder Legislativo | 25/04/2024 – 02h56min

O primeiro-ministro japonês, Fumio Kishida, deverá assinar um acordo de cooperação sobre descarbonização com o Brasil durante uma viagem ao país no início de maio, incluindo o desenvolvimento de tecnologias de biocombustíveis e o combate ao desmatamento. Kishida e o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, concordarão com a Iniciativa de Parceria Verde. Ele será o primeiro líder japonês a visitar o Brasil desde a viagem do falecido ex-premiê Shinzo Abe, em 2016. Kishida também visitará o Paraguai. O primeiro-ministro também trará uma delegação representando pelo menos 40 empresas, visando maiores investimentos japoneses no Brasil para reforçar a cooperação bilateral em tecnologias verdes. Como presidente deste ano do Grupo dos 20 principais países ricos e em desenvolvimento (G20), o Brasil vai priorizar o combate às alterações climáticas e, ao mesmo tempo, a promoção do desenvolvimento sustentável. O país sul-americano também está programado para sediar a conferência anual das Nações Unidas sobre mudanças climáticas (COP30) em 2025. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)